

As boas meninas e as feministas Opinião

Maria José Arthur

Publicado em “Outras Vozes”, nº 12, Agosto de 2005

No tempo em que eu ainda era adolescente, uma das grandes virtudes das mulheres era não serem faladas. Numa espécie de passe de mágica, quanto menos se falasse de uma mulher, mais aumentava a sua fama (de “boa rapariga”). Não havia pior do que “estar na boca do mundo”. A discricção, o fazer-se pouco notada, era fundamental. Por isso é que, olhando para trás, para o caminho que percorri e, pensando nos meus compromissos actuais, me dá vontade de rir, porque nada podia ser mais contrário às estratégias que nós, como feministas e activistas dos direitos humanos das mulheres, defendemos. Achamos que é tempo de visibilizar e de expor a situação de discriminação e de desigualdade em que vive a maior parte das mulheres, como forma de sensibilizar a opinião pública e os que tomam decisões, para a necessidade da mudança, ao mesmo tempo que procuramos, desta forma, justificar as nossas reivindicações de igualdade e de justiça.

Com efeito, se olharmos em volta, é inegável que as mulheres ganharam uma certa visibilidade em Moçambique, embora isto não signifique que haja uma visão homogénea sobre o que é ser mulher ou que as representações implícitas do feminino sejam as mesmas. E lá está, apesar dos grandes “avanços” tão propalados, há certas imagens de mulheres no espaço público que mantêm conotações negativas e que servem de modelo – pelo inverso - para a sustentabilidade da feminilidade hegemónica, que concebe estas como não tendo capacidades para gerirem por si sós as suas vidas, sofrendo de insegurança crónica e acarinhando como objectivo supremo a maternidade. Tal como Michelle Perrot (1997) apontou, a expressão “mulher pública”, que remete para a presença de mulheres em espaços considerados masculinos, tem um valor desqualificativo, ligado à prostituição e à conduta desregrada (pelo contrário, o “homem público” é aquele que devota a sua inteligência e os seus esforços ao bem da maioria).¹ É este último aspecto que faz com que a mulher pública seja também potencialmente perigosa, é que ela foge das regras e do controle, não tem nem fé, nem mestre.

Todas as activistas dos direitos humanos das mulheres sabem do que estou a falar, do cuidado que é preciso ter para encontrar a medida certa para que uma determinada mensagem possa ser escutada e aceite, sem atingir aquele limiar a partir do qual tudo é imediatamente posto de lado, pela desqualificação do próprio emissor. A ser assim, diz-se dessa pessoa, por exemplo, que ela é “radical”, “tem razão, mas peca pelos métodos”, “quer tudo sem atender à necessidade de ir por fases”, ou então, machadada final, é “feminista”.

Esta pressão da opinião pública tem repercussões directas sobre o activismo em prol dos direitos humanos das mulheres. Há como que uma necessidade constante das pessoas se justificarem: “eu defendo isso ou aquilo, mas atenção, eu não sou feminista”. Inclusive, muitas propostas de acção tendem a ser auto-controladas, pelo receio antigo de “cair na boca do mundo”, desta feita não como levianas ou mal-comportadas, mas como feministas, o que vem quase a dar no mesmo.

Esta situação não é inédita ao longo da história, na luta dos excluídos deste mundo pelos seus direitos. No caso dos combates pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, lembremo-nos de que se está a afrontar um sistema, o patriarcal, que tem sobrevivido ao longo de milénios e que tem coabitado com vários outros sistemas económicos e políticos. Hoje, no início deste século XXI, em que as posturas mais grosseiras em suporte da dominação masculina se fizeram retrógradas e inaceitáveis, há que buscar outras formas para persistir e para garantir a manutenção da mesma ordem patriarcal. Uma delas é diabolizar o movimento político das mulheres que buscam a

igualdade, o “feminismo”, apresentando-o como o reverso do “machismo”. Assim, os projectos e as reivindicações feministas aparecem como uma tentativa de implantar uma supremacia feminina à custa de uma subordinação masculina. Por isso, todas as iniciativas ou vozes mais incómodas são imediatamente rotuladas de feministas. Não adiantam as explicações e as argumentações, ou as tentativas para conduzir o debate para a proposta ou para a ideia em causa, uma vez que estas são qualificadas de feministas há até qualquer coisa de irracional na sua recusa.

Outra conotação que se junta para contribuir ainda mais para fazer congregar no feminismo tudo quanto é mau, é quando se diz que este movimento é “estrangeiro”. Como tal, constitui um atentado directo à cultura dos africanos.

Assim como a luta dos excluídos se adapta às estratégias de dominação dos mais fortes, também estes desenvolvem constantemente manobras para neutralizar os que os contestam. Por isso, é tempo de lutar pelo direito de defender e de expressar as nossas ideias de igualdade, sem que nos venham dizer quais são os limites. Sem que venham colocar segundos sentidos em ideias ou projectos que nada mais defendem do que a igualdade, a justiça e as mesmas oportunidades para homens e mulheres. A igualdade ou é completa ou não é igualdade. Para exigir a igualdade com coerência há pois que ser radical (na origem esta palavra vem de raiz – ir à origem), para não negar a própria essência da reivindicação. Por isso, o dilema entre ser boa menina e ser feminista é um não-dilema, no sentido em que não é possível ser uma activista conseqüente dos direitos humanos das mulheres sem incorrer no desagrado, sem despertar reacções hostis que se podem traduzir em tentativas de ridicularização ou em insultos, tanto uma manifestação como outra visando a exclusão.

Elza Soares numa canção dizia que custa a carregar uma costela de Adão. Eu acrescentaria que arrancá-la é ainda mais difícil.

Notas:

¹ M. Perrot, 1997, Femmes publiques, Paris, ed. Textuel.